

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.841.670 - MG (2019/0298293-4)**

**RELATOR** : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
**RECORRENTE** : **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**  
**RECORRIDO** : **ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SECAO MINAS GERAIS**  
**ADVOGADOS** : **ALLAN HELBER DE OLIVEIRA - MG072809**  
: **CYNTHIA LUIZA RODRIGUES DE SOUZA - MG117169**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial manejado pelo **Instituto Nacional do Seguro Social - INSS** com fundamento no art. 105, III, *a*, da CF, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, assim ementado (fl. 198):

*ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. ADVOGADO. RESTRIÇÕES DE ATENDIMENTO EM AGÊNCIA DO INSS. ILEGALIDADE. ENTENDIMENTO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA. NÃO CARACTERIZAÇÃO DE TRATAMENTO PRIVILEGIADO. SENTENÇA REFORMADA SEGURANÇA CONCEDIDA.*

*1. Segundo o artigo 133 da Constituição Federal, o advogado é "indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei"*

*2. A referida norma constitucional consagra o princípio da essencialidade da Advocacia e institui a garantia da inviolabilidade pessoal do advogado, além de demonstrar o papel fundamental do advogado na manutenção do Estado Democrático de Direito, na aplicação e na defesa da ordem jurídica, bem como na proteção dos direitos do cidadão.*

*3. O Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil, Lei 8.906/94, por sua vez, ao tratar dos direitos do advogado, em seu artigo 7º, dispõe de maneira clara sobre o livre ingresso destes profissionais em repartições públicas para "praticar ato ou colher prova ou informação útil ao exercício da atividade profissional, dentro do expediente ou fora dele, e ser atendido, desde que se ache presente qualquer servidor ou empregado".*

*4. No caso dos autos, pretende a OAB/MG que os advogados não tenham que comprovar que são contribuintes do INSS para serem atendidos; que não sejam impedidos de ter acesso a*

*processos e fazer carga, e não apenas ter direito à obtenção de cópias dos autos, mediante requerimento e que não tenham que enfrentar filas para obtenção de senhas para atendimento.*

*5. Consoante já se decidiu, o atendimento diferenciado dispensado aos advogados nas agências do INSS não ofende o princípio da isonomia. Precedentes do STF.*

*6. Os pedidos da impetrante estão de acordo com o exercício do munus do advogado para a realização de suas atividades profissionais, não violando, assim, o princípio da isonomia nem conferindo tratamento privilegiado injustificado. Precedentes do STF: RE 277065/RS, Primeira Turma, Rel. Ministro Marco Aurélio, DJe-090 DIVULG 12-05-2014 PUBLIC 13-05-2014 e AI 748223 AgR/SP, Primeira Turma, Rel. Ministro Dias Toffoli, DJe-195 DIVULG 06-10-2014 PUBLIC 07-10-2014.*

*7. Apelação da OAB/MG a que se dá provimento para reformar a sentença e, concedendo a segurança, garantir aos advogados que não sejam submetidos às exigências impostas pelo INSS para atendimento na agência do INSS localizada em Governador Valadares/MG.*

Opostos embargos declaratórios, foram rejeitados ante a inexistência dos vícios elencados no art. 535 do CPC/73.

A parte recorrente aponta violação aos arts. 3º, I, da Lei nº 10.741/2003; 9º da Lei nº 7.853/89; 1º, 6º e 7º, VI, c, da Lei nº 8.906/94; 3º, 5º e 8º da Lei nº 9.784/99; e 535 do CPC/73. Sustenta que: **(I)** o acórdão recorrido foi omissivo; e **(II)** "o pleito esbarra no Princípio da Isonomia e em normas infralegais de igual hierarquia ao Estatuto da OAB (Lei 8906/1994), na medida em que atribui alcance exagerado às prerrogativas legais dos Advogados nesse caso específico, em detrimento de direitos conferidos pela legislação a idosos, deficientes, doentes, gestantes e crianças".

Contrarrazões às fls. 262/267.

Parecer Ministerial às fls. 296/304, pelo provimento do apelo nobre.

### **É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.**

Verifica-se, inicialmente, não ter ocorrido ofensa ao art. 535 do CPC/73, na medida em que o Tribunal de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos autos, não se podendo,

además, confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional.

Quanto ao cerne da controvérsia, o Superior Tribunal de Justiça perfilha o entendimento de que o advogado tem o direito de ser atendido nas repartições públicas sem a necessidade de prévio agendamento ou limitações no número de atendimentos.

A propósito:

*PROCESSUAL CIVIL. ADVOGADOS. INSS. ATENDIMENTO. AGENDAMENTO. HORA MARCADA. ESTATUTO DA ADVOCACIA. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.*

*1. Cuida-se, na origem, de Mandado de Segurança impetrado por Niglei Lima de Oliveira, advogada, ora agravada, contra ato do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, ora agravante, com o objetivo de lhe assegurar o direito de protocolizar mais de um requerimento de benefícios previdenciários ao mesmo tempo, independentemente de atendimento por hora marcada.*

*2. O Juiz de primeiro grau denegou a segurança.*

*3. O Tribunal a quo deu provimento à Apelação da ora agravada.*

*4. Esclareça-se que o STF quando apreciou o Recurso Extraordinário 769.254/SP, afetado para a análise da existência de repercussão geral do Tema 741 (Validade da exigência do INSS de prévio agendamento para atendimento de advogados e da restrição a um único requerimento de benefício previdenciário por atendimento), entendeu pela sua inexistência por ser a matéria de cunho infraconstitucional.*

*5. A Administração Pública não pode restringir o direito assegurado ao advogado pela Lei 8.906/1994, Estatuto da Advocacia, por razões de conveniência para o bom atendimento ao público.*

*6. Como bem destacou o Tribunal de origem, somente a Lei poderá restringir os direitos dos advogados, que são indispensáveis à administração da justiça.*

*7. Assim, os advogados devem ser atendidos, dentro do horário do expediente do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, diretamente pelo servidor, sem necessidade de agendamento pelo chamado "Atendimento por hora marcada".*

*8. Agravo Interno não provido.*

**(AgInt no AREsp 659.677/SP, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 4/05/2017, DJe 17/5/2017)**

# *Superior Tribunal de Justiça*

No caso, o acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência do STJ sobre o tema, merecendo subsistir.

**ANTE O EXPOSTO**, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA  
Relator